

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 8, EM RIO VERDE, QUE TRATA DO PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS DO ESTADO DE GOIÁS.

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de junho de 2013 (dois mil e treze), às 09:00 (nove) horas, no Auditório Kleber Reis Costa, em Rio Verde, Estado de Goiás, foi realizada a Audiência Pública nº 8, convocada na forma legal, para discutir o projeto de reestruturação do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás. Presentes representando a AGR, Humberto Tannús Jr, Conselheiro Presidente, Milton Pires Batista, Gerente de Transportes da AGR, Dalvina Nogueira Vasconcelos, Gerente de Comunicação da AGR e das técnicas do CEFTRU, Ana Sheila Silva Duarte e Leisy Mickaelly A. Teixeira. O evento foi aberto pelo Senhor Humberto Tannús Júnior, Conselheiro Presidente da AGR, que fez um relato do projeto desenvolvido pelo Centro Interdisciplinar de Estudos em Transportes da Universidade de Brasília – CEFTRU/UnB. O presidente de AGR, Humberto Tannús Júnior procedeu à abertura, apresentou o projeto do novo sistema a ser implantado e ao finalizar deu abertura aos participantes para se manifestarem com perguntas e sugestões.

Iniciou-se o debate com a pergunta formulada por escrito pelo corretor de imóveis Gustavo de Santana Carvalho, que questionou quanto a exclusividade para exploração de determinada linha, cidade e região por uma única empresa. Ele quis saber também como a AGR tem se preparado para combater o transporte clandestino. Aproveitou para perguntar como a agência se posicionará com relação às empresas que prestam serviço público de má qualidade através da concessão e se as empresas que já operam não serão beneficiadas de alguma forma neste processo licitatório.

Humberto Tannús disse que a AGR irá fiscalizar mensalmente e as empresas que prestarem serviços de má qualidade serão notificadas, multadas e poderão perder concessão. Ele lembrou que todas as empresas brasileiras terão igual oportunidade de participar do processo licitatório e que o mesmo será realizado com total transparência.

Milton Pires, Gerente de Transportes da AGR, explicou que, ao contrário do que pensa a maioria, das pessoas que lida com sistema de transporte, não é salutar mais de uma empresa operar em determinada região, já que gera concorrência entre as mesmas onde cada uma irá buscar tirar o máximo possível da demanda existente, o que prejudica os passageiros e gera prejuízos às empresas.

Humberto Tannús lembrou que a fiscalização do transporte urbano é feita pelos próprios municípios, enquanto a AGR fiscaliza o transporte intermunicipal e a ANTT o interestadual. Segundo ele, o problema na região do entorno do Distrito Federal é conhecido e muito sério, já que envolve quatro níveis de decisão: município, estado de Goiás, Distrito Federal e a União. Tannús disse que foram realizadas várias reuniões onde foi criado convênio entre os quatro atores para dar estrutura formal e viabilizar a integração dos mesmos através de consórcio.

O presidente da AGR explicou que a partir do momento que existir um transporte regular de qualidade os passageiros não precisarão mais buscar o transporte clandestino. Segundo ele, a AGR irá aumentar ainda mais a fiscalização.

Gustavo de Santana então questionou quanto aos benefícios financeiros que poderiam existir para o usuário no caso de haver concorrência entre empresas em uma mesma região e disse que caso isso não seja possível, gostaria de sugerir que seja colocada no edital uma forma de bonificação para a empresa que oferecer maior qualidade no serviço e maior quantidade de promoções aos seus clientes.

Humberto disse que não vê empecilho para colocar a sugestão dada no edital, e pode inclusive ser feito entre os lotes, com uma concorrência salutar que será feita através das avaliações realizadas mensalmente.

52 Tannús acrescentou que até fevereiro de dois mil e onze, existiam nove escritórios da
53 AGR que funcionavam nos terminais rodoviários e que os mesmos eram alvos do maior
54 índice de reclamações recebidas. Segundo ele, fiscais temporários eram contratados
55 pelos próprios municípios através de indicações políticas, e acabavam executando o
56 serviço de forma errada, muitas vezes aceitando propina. Humberto Tannús disse que
57 hoje não existe nenhum temporário e com o novo sistema novos fiscais serão
58 contratados, através de concurso público.

59 O prefeito de Paranaiguara, Célio Batista Nunes, manifestou sua preocupação com as
60 empresas que operam hoje e disse que as mesmas poderão ser bastante beneficiadas
61 pelo novo sistema.

62 Humberto então frisou que o principal objetivo é melhorar a qualidade do transporte
63 intermunicipal de passageiros. Falou ainda que as empresas que ganharem a licitação
64 serão cobradas com relação à qualidade, mas terão tranquilidade jurídica e operacional
65 já que a concessão será de quinze anos.

66 Jadir Carvalho, usuário de Rio Verde quis saber se existirão influências políticas com
67 relação à fiscalização da AGR.

68 Humberto Tannús disse então que o objetivo da AGR é zelar pela qualidade dos
69 serviços prestados em todas as áreas fiscalizadas pela agência, fazendo o equilíbrio
70 entre usuários, empresas que prestam serviços e Estado, segundo ele, nunca existiu
71 interferências políticas.

72 Simão Brasil questionou se existe a possibilidade de dividir o lote de Rio Verde para que
73 desta forma duas empresas tenham a concessão nesta região. Ele quis saber também
74 se a fiscalização será feita de maneira diferente, já que não concorda com a forma como
75 é feita hoje.

76 Humberto lembrou que empresas pequenas poderão participar do processo licitatório e
77 instruiu que busquem empresas maiores para formarem um consórcio e operar em
78 conjunto em determinado lote. Milton Pires explicou que há um capital mínimo para
79 poder participar da licitação e por isso considera viável que seja feito consórcio para a
80 concorrência.

81 Ana Sheila Silva Duarte, técnica do CEFTRU esclareceu que de fato seriam possíveis
82 outras séries de arranjos para a formatação da rede, disse que o formato validado pela
83 AGR foi o de sete lotes e um critério fundamental para a escolha deste foi a avaliação
84 econômico-financeira, ou seja, os lotes devem ser rentáveis para que haja uma
85 participação com a maior isonomia possível entre os interessados.

86 Humberto Tannús disse então que para ter serviço de qualidade deve haver tarifa justa
87 e lamentou ser impossível existir fiscalização em todo o estado a todo tempo, mas
88 lembrou que haverá tecnologia embarcada, o que contribuirá para melhorar ainda mais
89 a fiscalização. O presidente da AGR falou ainda da possibilidade de existir um sensor na
90 porta dos ônibus que irá mensurar o número de pessoas que entram e saem. Ele disse
91 ainda que a tecnologia não irá interferir no valor das passagens por se tratar de
92 sistemas relativamente baratos.

93 Jairo Moreira, presidente do PTN de Rio Verde, pediu que a proposta da audiência não
94 viesse para seu município apenas para cumprir o que a lei obriga, mas que seja flexível
95 e possa absorver o que for reivindicado. Ele disse que percebeu uma falha no projeto,
96 onde ficarão desamparadas as regiões de São Simão e Quirinópolis e questionou o fato
97 de uma empresa poder participar de apenas um lote. Questionou também quanto ao
98 subsídio que deve ser repassado às empresas.

99 Humberto Tannús disse que a AGR como órgão representante de Estado está
100 realizando oito audiências públicas com a finalidade de colher propostas, contribuição e
101 subsídios da população. Disse ainda que o que for tecnicamente viável será muito bem
102 acolhido e poderá fazer parte do edital. Quanto ao subsídio, Humberto disse que existe

103 um processo que está na Procuradoria Geral do Estado e que se for determinado o valor
104 será repassado às empresas.

105 Milton explicou que na nova proposta Quirinópolis é diretamente ligado a Goiânia,
106 embora não pertença ao eixo. Ele verificou também que existe linha de Quirinópolis a
107 São Simão e acrescentou que não estão sendo licitadas linhas, mas sim regiões e que
108 o sistema será adequado mesmo depois de licitado. Humberto ressaltou que se houver
109 demanda a linha será criada. Leisy Mikaelly, técnica do CEFTRU disse pelo menos
110 quatro linhas passam por São Simão, com sete viagens diárias.

111 Jairo Moreira quis saber se há o eixo São Simão/Goiânia e Humberto Tannús respondeu
112 que de acordo com o levantamento feito com base nos dados passados pelas empresas
113 não há demanda para o eixo em questão. Se ficar comprovado que existe demanda,
114 poderá ser implantado.

115 Jairo então questionou sobre a estrutura dos terminais e Humberto disse que este será
116 motivo de outra discussão já que não faz parte desta licitação.

117 Adelson Nascimento Lima disse que São Simão deveria ser considerado um pólo
118 turístico efetivo, então Adelson dos Santos Nogueira, vice-prefeito de São Simão falou
119 de sua preocupação pelo fato de se tratar de uma cidade turística e acrescentou que a
120 demanda aumentou de três anos para cá. Além disso, o vice-prefeito disse que existe
121 usina de cana de açúcar dentro do município e também uma próxima a ele, em Minas
122 Gerais.

123 Leisy Mikaelly assegurou que os usuários de São Simão podem ficar tranquilos, pois
124 todos os municípios do estado têm ligação com Goiânia através de no máximo dois
125 transbordos. Falou ainda que conforme o crescimento do município, caso haja
126 necessidade pode-se criar uma ligação direta entre Goiânia e São Simão.

127 Humberto Tannús lembrou que os estudos começaram em dois mil e onze, com dados
128 de dois mil e cinco a dois mil e dez, e como a realidade mudou até aqui, se houver
129 demanda haverá linha direta de São Simão a Goiânia, pois o sistema é dinâmico.

130 Humberto então foi questionado se o turista que vier do estado de Minas Gerais e
131 chegar por Itumbiara deverá passar por Goiânia para chegar a São Simão ou se pode
132 existir uma linha de Itumbiara a São Simão. O presidente então respondeu que existe
133 sim uma linha direta entre estas cidades, mas lembrou que o caso de linhas que ligam
134 municípios goianos a cidades de outro estado é de responsabilidade da ANTT, já que é
135 interestadual. Acrescentou ainda que pode haver ligação entre os lotes, conforme foi
136 apresentado.

137 Um participante não identificado parabenizou pelo trabalho pela AGR e UnB e disse que
138 considera fundamental a participação das empresas operadoras neste processo. Falou
139 da sua preocupação quanto ao transporte clandestino que já existe e frisou que teme
140 que o novo sistema cause migração ainda maior de passageiros para este transporte.
141 Ele disse que a demanda que consta no edital foi subestimada e provavelmente não
142 levou em consideração a demanda do transporte clandestino. Questionou o ganho de
143 escala e identificou também que mais de cem municípios deixarão de ter ligação direta
144 com a capital e citou como exemplo Chapadão do Céu, Paranaiguara, Caçu, Cachoeira
145 Alto, Itumirim e Itarumã, que segundo ele são regiões em expansão econômica e
146 populacional. Questionou ainda o fato de constar no edital que as linhas podem ser
147 ampliadas em até 20% do trecho em termo de quilometragem, o que não seria suficiente
148 inclusive para fazer ligação direta com a capital. Humberto então explicou que são 20%
149 do total do lote e não da linha. O participante disse ainda que há uma disparidade
150 quanto ao coeficiente tarifário onde a tarifa deve ser menor ou igual à atual e perguntou
151 se estão sendo consideradas questões como tecnologia embarcada, modelos de
152 veículos e sistema de ar condicionado, em seguida pediu que seja verificado. Humberto
153 Tannús reforçou que os dados utilizados foram oferecidos pelas empresas operadoras,
154 e que as inconsistências serão revistas em reunião que acontecerá em Goiânia por volta

155 do dia quinze de julho. Ele disse que é necessário que as empresas esqueçam o
156 sistema atual, que não funciona bem e é preciso acreditar no novo sistema, que teve
157 participação dos empresários em todos os processos e falou ainda que as falhas
158 encontradas serão corrigidas. O participante retificou que quando falou em ganho de
159 escala quis deixar claro que uma linha não é composta apenas pela demanda de ponto
160 inicial e ponto final, mas é alimentada por todos os embarques e desembarques ao
161 longo do trajeto e nem por isso uma cidade que não tem demanda pode deixar de ser
162 atendida diretamente, pois, há outras sessões ao longo da linha que garantirá o
163 equilíbrio econômico desta operação. Ele citou alguns exemplos e sugeriu que essas
164 situações sejam analisadas no sentido de não haver apenas ganho de escala real, mas
165 de atender a comunidade das regiões de maneira que o número de baldeações seja
166 mínimo. Disse ainda considerar que este é um sistema urbano que está sendo aplicado
167 ao sistema rodoviário.

168 Humberto garantiu que não existe nenhum caso de três baldeações na região, e que
169 várias situações que foram citadas pelo participante não são reais. Tannús voltou a
170 repetir que o serviço prestado hoje não é de boa qualidade e o objetivo é melhorar neste
171 sentido e pediu novamente que o sistema atual seja esquecido.

172 O participante falou então que as necessidades do sistema não são definidas pelas
173 empresas operadoras e sim pelos usuários, que segundo ele não está disposto a aceitar
174 imposições. Ele disse que não defende apenas a racionalização do sistema, mas
175 também o atendimento ao usuário.

176 Humberto Tannús disse que existe preocupação com a população usuária e que
177 pretende beneficiá-la com transporte de qualidade, para isso foram realizadas várias
178 pesquisas e outras serão feitas. Segundo ele não será admitido que o cidadão usuário
179 fique desassistido.

180 Respondendo a questão da demanda, que segundo o participante está superestimada,
181 Leisy Mikaelly lembrou que o sistema não permite que passageiros viagem em pé, o que
182 aumenta o número de viagens. Ela disse ainda que a demanda de transportes
183 clandestinos realmente não foi considerada, já que não há como mensurar, porém a
184 demanda de transporte interestadual foi considerada na projeção de dados.

185 Humberto Tannús acrescentou que as demandas estaduais não poderão ser atendidas
186 pelas interestaduais.

187 Leisy falou também que seria inviável que todos os municípios do estado de Goiás
188 tenham ligação direta com a Capital e que os estudos foram feitos com base na
189 demanda. O participante reiterou então o pedido que sejam disponibilizadas as planilhas
190 com relação ao transporte interestadual para que as empresas operadoras possam
191 analisar dentro do que está sendo proposto.

192 Humberto Tannús pediu que fosse feito levantamento técnico por parte das empresas
193 para que juntamente com o CEFTRU sejam discutidos para que os problemas
194 existentes sejam resolvidos.

195 Milton Pires colocou que o sistema atual tem várias linhas paralisadas e a conexão seria
196 a melhor forma de evitar este problema, segundo ele, a partir do momento que a linha
197 direta se tornar viável, a conexão poderá ser eliminada.

198 Marcelo Wilson de Souza, representante do prefeito de Santa Helena, quis saber se as
199 associações poderão continuar contratando ônibus para transportar estudantes, pois,
200 segundo ele, a demanda existe, mas não há qualidade no serviço.

201 Humberto explicou que este caso não faz parte do transporte regular, é uma atividade
202 econômica de fretamento que não é pessoa jurídica e não visa lucro. Ele então sugeriu
203 que seja criada uma cooperativa para que exista um amparo legal e jurídico para
204 continuar.

205 Giovana Mendes Veloso, representante do prefeito de Porteirão disse que estão
206 aguardando ansiosamente que o novo projeto seja implantado, pois em seu município

207 existe demanda, mas no sistema atual só há uma linha, que é a de ligação de Porteirão
208 a Goiatuba. Milton garantiu que o novo sistema irá contemplar este caso. O
209 representante da prefeita de São Simão, vereador Rogério Rezende Souza, disse que
210 em sua opinião, deveria ter ao menos uma viagem direta por dia de seu município a
211 Goiânia.

212 Humberto propôs então que a demanda dos últimos anos seja apresentada à AGR para
213 análise e possível resolução das questões apresentadas pelos participantes.

214 Ana Sheila lembrou que o anexo 5 do edital dispõe sobre critérios para criação e
215 modificação de linhas para alteração da rede.

216 Cese Severino de Freitas, advogado representante do Jataíprev disse que apesar das
217 melhorias e investimentos feitos no terminal rodoviário de Jataí, ele não está sendo
218 lucrativo e pediu que a AGR autorizasse a mudança de nível para este terminal para que
219 se torne economicamente viável.

220 Humberto esclareceu para os presentes que existem quatro níveis de terminais e disse
221 que a entidade pode entrar com um pedido de solicitação de alteração de porte.

222 Cese disse que esteve na AGR e foi orientado a não dar entrada antes da divisão dos
223 lotes e que precisa urgentemente, pois está trabalhando com prejuízos com a TUT
224 (Taxa de Utilização do Terminal). Humberto Tannús disse então que para este caso
225 específico a solicitação poderá ser feita imediatamente e a análise realizada o mais
226 rápido possível.

227 O pastor Wagner Azevedo, vereador de Rio Verde observou que algumas observações
228 feitas foram rebatidas, mas não convincentes e por fim pediu que todas as informações
229 pontuadas na audiência sejam agregadas ao projeto para que seja executado de
230 maneira eficaz.

231 Adelson Nascimento Lima, representante do Deputado Euler Cruvinel, acrescentou que
232 a capacidade técnica das empresas que já estão no mercado pode ajudar para que as
233 mesmas sejam contempladas. Em sua opinião, se os ônibus forem bons para o usuário,
234 o clandestino tende a desaparecer.

235 Humberto Tannús disse que o vereador Wagner resumiu bem para finalizar as
236 audiências. E ressaltou que todas as audiências serão documentadas e publicadas com
237 total transparência, dando ênfase às colocações dos participantes. Como não havia
238 mais nenhum participante querendo se manifestar, a audiência pública foi encerrada
239 com o presidente da AGR agradecendo a participação de todos. Nada mais havendo a
240 tratar o Conselheiro Presidente da AGR agradeceu a presença de todos e encerrou a
241 Audiência Pública nº 8, que para constar foi lavrada a presente ATA, que lida e achada
242 conforme, vai devidamente assinada por mim, Gerente de Comunicação, pelo Gerente
243 de Transportes e pelo Conselheiro Presidente da AGR.

244

245 Humberto Tannús Jr.

246 Conselheiro Presidente

247

248 Dalvina Nogueira Vasconcelos

249 Gerente de Comunicação

250

251

252

Milton Pires Batista

Gerente de Transportes